

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.499 - SP (2018/0256094-6)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**  
**ADVOGADOS : RUBENS LEAL SANTOS E OUTRO(S) - SP100628**  
**ROSÂNGELA DIAS GUERREIRO - RJ048812**  
**LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202**  
**SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477**  
**LIVIA CRISTINA DA SILVA SAAD AFFONSO - RJ162092**  
**MARIANA JUBIM DA COSTA - RJ163330**  
**ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA -**  
**SP344647**  
**OTAVIO LURAGO DA SILVA - SP345855**  
**RECORRIDO : MARIA DA PENHA GOMES SERRANO**  
**RECORRIDO : JOSE HENRIQUE DE CARVALHO**  
**RECORRIDO : DANIEL CLEMENTE DE CAYRES**  
**RECORRIDO : MARIA APARECIDA SIQUEIRA LEITE**  
**RECORRIDO : MARIA APARECIDA TEIXEIRA PINTO**  
**RECORRIDO : ANA PAULA SILVERIO DE ARRUDA**  
**RECORRIDO : LAERTINA NUNES PEREIRA**  
**RECORRIDO : ARACI SOARES RIBEIRO**  
**RECORRIDO : DAVIDSON ROMANO MENDES**  
**RECORRIDO : SILVIO GILBERTO DANIEL DE AGUIAR**  
**RECORRIDO : LUIZ NAVARRO**  
**RECORRIDO : MARIA RAMOS DE MORAES**  
**RECORRIDO : AIRTON GONCALVES**  
**RECORRIDO : MIRACI LOPES ARRUDA**  
**RECORRIDO : VERA LUCIA DA SILVA**  
**RECORRIDO : MARIANO ALVES DA SILVA**  
**RECORRIDO : MARIA JOSE DA SILVA OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : ROBERTO SEMENTILLE**  
**RECORRIDO : ANA FELISMINA DOS SANTOS**  
**RECORRIDO : ELAINE PEREIRA DOMINGUES**  
**RECORRIDO : MANOEL DE FREITAS**  
**RECORRIDO : SONIA APARECIDA TRAGANTE**  
**RECORRIDO : CELSO JOSE THOMAZ**  
**RECORRIDO : DIMAS ISAIAS TEXEIRA**  
**RECORRIDO : ROBERTO PEREIRA**  
**RECORRIDO : GENI DA SILVA SANTOS**  
**RECORRIDO : MARIA INES DE OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : GENI ROMANO**  
**RECORRIDO : GENY FERREIRA DA SILVA**  
**RECORRIDO : LAZARO AUGUSTO DE OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : GILMAR JOSE FIRMINO**  
**ADVOGADOS : GUILHERME LIMA BARRETO E OUTRO(S) - SP215227**

RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO IMOBILIÁRIO. SFH. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, fundamentado na alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 1704):

*Seguro habitacional - Ação indenizatória, proposta por mutuários do SFH - Acórdão que confirmou sentença, inclusive no que tange à competência da Justiça Estadual - Reexame, à luz do art. 1.030, III, do NCPC - Tema que ainda é objeto de grande controvérsia, inclusive com a promulgação de diplomas legais relevantes após o julgado representativo - Lei superveniente que, contudo, não atinge ato jurídico consumado - Sentença proferida em 2009 - MP n. 513/10 e Leis n. 12.409/11 e n. 13.000/14 posteriores - Decisão agravada mantida - Apelo desprovido.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 1739-1743).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 206, § 1º, II, e 757 do CC; 1º da Lei 7.682/1988; 3º e 5º da Lei 13.000/2014; e 1º da Lei 12.409/2011. Assevera que, embora a Lei Lei 12.409/11 não retroaja, desde 1988 o FCVS assumiu a responsabilidade por todas as apólices públicas (Ramo 66) de seguro habitacional, tendo como administradora a CEF. Aduz que o acórdão recorrido passou por cima de todas as disposições legais que regulam a matéria ao entender inviável o ingresso da

CEF e a consequente remessa dos autos à Justiça Federal. Defende que a ação está manifestamente prescrita.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1784-1717).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação recursal não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Nas razões do recurso especial, a parte alega violados os arts. 206, § 1º, II, e 757 do CC; 1º da Lei 7.682/1988; 3º e 5º da Lei 13.000/2014; e 1º da Lei 12.409/2011.

No entanto, exsurge deficiente a fundamentação recursal, pois o recorrente limita-se a citar o dispositivo supostamente violado, deixando de informar de que modo a legislação federal teria sido violada ou negada sua aplicação no acórdão recorrido.

Veja-se que as razões de recurso especial são genéricas e, embora teça muitas considerações acerca da responsabilidade do FCVS, da CEF em casos envolvendo apólice pública, da incidência da prescrição anual, dos limites de cobertura do contrato de seguro, em nenhum momento a parte recorrente faz referência ao decidido pelo acórdão recorrido acerca de tais temas de forma a demonstrar a violação alegada.

Assim, não conheço do recurso, ante a incidência da Súmula 284/STF.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

**Ante o exposto, não conheço do recurso especial.**

Considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015. O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo

atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada. Com base em tais premissas, a título de honorários recursais, sendo fixada inicialmente verba honorária em 10% sobre o da condenação (e-STJ fl. 1108), a majoração dos honorários para 12% é medida adequada à hipótese. Ônus suspensos, entretanto, na hipótese de assistência judiciária, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**